

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: JB

Data: 18/9/99 Pg. 12

Class.: 119

Crime ambiental vira lei na terça

FABIANO LANA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso determinou aos técnicos da área jurídica da Casa Civil e do Ministério da Justiça para trabalharem todo fim-de-semana para que a regulamentação da lei de crimes ambientais fique pronta na próxima terça-feira. "O presidente assinará o decreto em questão, na próxima terça-feira, dia 21, quando se comemora o dia da árvore", afirmou o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière.

Representantes de entidades defensoras do meio-ambiente também pressionaram o ministro chefe da Casa Civil, Pedro Parente, para que a lei de crimes ambientais seja regulamentada o mais rápido possível. Ontem, integrantes do Greenpeace e do Instituto Sócio Ambiental (ISA) foram até o Palácio do Planalto protocolar uma carta para o ministro exigindo a regulamentação da lei.

A lei dos crimes ambientais foi sancionada em fevereiro de 1998 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em uma solenidade no Palácio Planalto. "Há setores não interessados na regulamentação da lei como os madeireiros e a bancada ruralista. Também há um lado da demora do governo", afirmou o coordena-

dor da Campanha da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário.

Os ambientalistas também estão lançando uma campanha para pressionar a Casa Civil a regulamentar a lei. As entidades estão estimulando os interessados a mandar faxes e e-mails para o ministro. A Greenpeace também irá colocar em sua página na internet, diariamente, fotos de apreensão de madeira na Amazônia.

Atualmente, a multa máxima para quem causa danos ao meio-ambiente é de R\$ 4.960. Aprovada a regulamentação o valor passará para R\$ 1000 por hectare. O incêndio no Parque Estadual da Ilha Grande, no Paraná, por exemplo, porvocaria uma multa de R\$ 50 milhões. A lei também prevê punição de até cinco anos de cadeia para destruidores de florestas ou poluição de rio e lagos. "O próprio governo reconhece que 80% da madeira extraída no país é ilegal", afirmou Adário.

O projeto da Lei de Crimes Ambientais tramitou sete anos pelo Congresso Nacional. Nos últimos meses o texto transitou entre o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil. Até mesmo a bancada evangélica no Congresso foi contra o projeto, preocupada com restrições no barulho provocado pelos cultos,